

1 **Ata da 41ª Reunião Ordinária do Conselho das Cidades realizada nos dias 23, 24 e**
2 **25 de julho de 2014.**
3

4 No dia 23 de julho de 2014, no auditório do Ministério das Cidades, nesta cidade, deu-
5 se início aos trabalhos da 41ª Reunião do Conselho das Cidades - ConCidades mediante
6 convocação de seus membros, conforme o Regimento Interno deste Conselho. **1.** Foi
7 iniciada a cerimônia de posse dos membros do Conselho das Cidades – 5º Mandato,
8 eleitos na 5ª Conferência Nacional das Cidades, sendo convidados a compor a mesa a
9 Conselheira Bartíria Lima, o Conselheiro Gilberto Cardoso de Aguiar, o Conselheiro
10 Eduardo Cosme de Almeida Cardoso, a Conselheira Neide de Jesus Carvalho, o
11 Conselheiro Mauro Rockenbach, o Conselheiro Rubens Migliori Liberatti, o
12 Conselheiro Carlos Comassetto, o Conselheiro Expedito Solaney, a Conselheira Ana
13 Lia de Castro, o Conselheiro Darci Campani, a Conselheira Marta Sileda, o Secretário-
14 Executivo do Conselho das Cidades, Paulo Alves Rochel Filho, o Ministro de Estado
15 das Cidades, Gilberto Magalhães Occhi, o Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da
16 Presidência da República, Gilberto Carvalho e a Ministra Interina da Cultura, Ana
17 Cristina Wanzeler. **2.** Após isso, foi realizada a leitura dos nomes dos representantes das
18 entidades empossadas no Conselho das Cidades do Segmento Movimento Popular. A
19 Conselheira Bartíria Lima foi convidada a assinar o termo de posse representando o
20 segmento. A Senhora Neide de Jesus Carvalho fez o uso da palavra representando o
21 Movimento Popular, afirmou que apesar da renovação o Conselho continua contando
22 com a grande experiência de valorosos companheiros(as) que permaneceram. A
23 Conselheira Ana Lia de Castro foi convidada a assinar o termo de posse representando as
24 entidades empresariais. A seguir foi realizada a leitura dos nomes dos representantes
25 empossados no Conselho das Cidades do Segmento de Entidades Empresariais. A
26 Conselheira Ana Lia de Castro foi chamada para fazer o uso da palavra em nome dos
27 representantes do segmento, saudou os presentes, e afirmou que o setor empresarial
28 também é um movimento social formado por heróis, porque geram empregos, riquezas
29 e colaboram com o PIB empregando pessoas e desenvolvendo o país. A seguir foi
30 realizada a leitura dos nomes representantes empossados no Conselho das Cidades do
31 Segmento Entidades dos Trabalhadores. O Senhor Expedito Solaney Pereira de
32 Magalhães foi convidado a assinar o termo de posse e a fazer o uso da palavra
33 representando o segmento. Declarou que a principal tarefa do Conselho é implementar o
34 que foi aprovado nas Conferências Municipais, Estaduais e na 5ª Conferência Nacional
35 das Cidades, e em especial o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, que para
36 os trabalhadores é fundamental para a cidadania plena, para a garantia de moradia e do
37 transporte público de qualidade. A seguir foi realizada a leitura dos nomes dos
38 representantes empossados no Conselho das Cidades do Segmento de Entidades de
39 Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa. O Conselheiro Darci Campani foi convidado a
40 assinar o termo de posse e a fazer o uso da palavra representando seu segmento. Ele
41 saudou todos os presentes e falou do grande desafio de implantar o Sistema Nacional de
42 Desenvolvimento Urbano e informou que é o ponto central para este mandato. A seguir
43 foi realizada a leitura dos nomes dos representantes empossados no Conselho das
44 Cidades do Segmento de Organizações não Governamentais. A Conselheira Marta
45 Sileda foi convidada a assinar o termo de posse e a fazer o uso da palavra representando
46 o segmento. Lembrou que o Fórum Nacional de Reforma Urbana é um instrumento que
47 fortalece a luta do Conselho. Concordeu que o maior compromisso do Conselho será de
48 implementar o Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. A seguir foi realizada a
49 leitura dos nomes dos representantes empossados no Conselho das Cidades do

50 Segmento Poder Público Municipal. O Conselheiro Rubens Migliori Liberatti foi
51 convidado a assinar o termo de posse e o Conselheiro Carlos Roberto Comassetto foi
52 chamado para fazer o uso da palavra representando o segmento. Salientou ser
53 impossível aos municípios resolverem todos os problemas sociais, urbanos e rurais que
54 existem. As cidades brasileiras foram constituídas sob um modelo excludente e o
55 desafio é reverter esta lógica para a de cidades includentes. A seguir foi realizada a
56 leitura dos nomes representantes empossados no Conselho das Cidades do segmento do
57 Poder Público Estadual. O Conselheiro Mauro Rockenbach foi convidado a assinar o
58 termo de posse e fazer o uso da palavra representando o segmento do Poder Público
59 Estadual. Ele saudou os presentes e declarou que o Conselho tem que ir além das
60 questões urbanas. A seguir foi realizada a leitura dos nomes dos representantes
61 empossados no Conselho das Cidades do Segmento do Poder Público Federal. O
62 Ministro Gilberto Occhi foi convidado a assinar o termo de posse. **3.** Em seguida, o
63 Ministro Gilberto Carvalho discursou sobre o papel central do ConCidades na
64 reconstrução da sociedade brasileira e da importância do Decreto da Política Nacional
65 de Participação Social. Na sequência, o Ministro Gilberto Occhi, agradeceu a presença
66 dos Ministros presentes e deu boas vindas a todos. Afirmou que estava pronto para
67 atender as demandas do colegiado e que assinaria algumas resoluções. Em seguida os
68 Conselheiros foram convidados a tirar uma foto oficial de Posse do 5º Mandato.
69 **Período da tarde. 1.** Os trabalhos foram retomados com a aprovação da pauta, que
70 sofreu alteração em decorrência da rediscussão sobre os Grupos de Trabalhos que
71 seriam abordados nas Reuniões dos Segmentos. Foram citados os GTs da Secretaria de
72 Patrimônio da União e de Terras da Amazônia Legal, que precisam ser recompostos; os
73 GTs de Orçamento, do Plano Nacional de Resíduos Sólidos e do INSS, que não estão
74 funcionando; nesta mesma situação foram mencionados o GT de Acessibilidade, que
75 ainda não foi homologado, o GT do Pacto da Mobilidade e a escolha de representantes
76 junto ao CAF. Deliberou-se que a Coordenação Executiva deveria fazer uma
77 reavaliação dos GTs, conforme lembraram alguns conselheiros, obedecendo as
78 diretrizes sobre os GTs estabelecidas no Regimento Interno do ConCidades. Nas
79 Reuniões de Segmentos seriam feitas as indicações para os GTs Conflitos, Assistência
80 Técnica, Autogestão, Moradia Social e Orçamento, além da escolhas de representantes
81 para os GTs externos: SPU e Amazônia Legal. **2.** A Ata da Reunião Extraordinária do
82 Conselho das Cidades foi aprovada sem alterações. **3.** Em seguida passou-se ao Tema
83 de Conjuntura, o Decreto 8.243, de 23 de maio de 2014, que instituiu a Política e o
84 Sistema Nacional de Participação Social pelo Diretor Substituto de Participação Social
85 da Secretaria-Geral da Presidência da República, Daniel Avelino. Ele lembrou que a
86 participação social não nasceu com o Decreto 8.243 de 2014 e nem se resume a ele.
87 Informou que existem vários conselhos de gestão de políticas públicas instituídos por
88 decretos, leis e também por normas constitucionais. Discorreu sobre a importância do
89 Decreto e sobre as várias críticas que recebeu. Aproveitou para informar que o Fórum
90 Interconselhos do PPA recebeu o Prêmio das Nações Unidas de Serviços Públicos, o
91 que representa um reconhecimento internacional da prática brasileira. **4.** Foram lidas
92 notas dos segmentos dos Trabalhadores e dos Movimentos Populares, que defendem o
93 Decreto 8.243, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte para a reforma
94 do sistema político no Brasil e que os conselhos e conferências tenham caráter
95 deliberativo. **5.** Conselheiros que comentaram a palestra fizeram ressalvas ao artigo do
96 Decreto que veda a recondução das entidades, ao que Daniel Avelino informou que tal
97 dispositivo não se aplicaria aos conselhos já instituídos. Avaliou-se que a tentativa do
98 Congresso de sustar o Decreto constitui interferência do Legislativo sobre o Executivo.
99 Considerou-se uma iniciativa importante o Governo apresentar um projeto de lei que

100 transforme a gestão democrática em política do Estado. **Relato sobre a participação do**
101 **ConCidades no 7º Fórum Urbano Mundial, Medellín.** Os conselheiros que
102 participaram do evento mostraram slides e explanaram sobre o progresso do
103 desenvolvimento urbano e da qualidade dos serviços e transportes públicos de Medellín,
104 com ênfase nos programas integrados e na prática do debate com a sociedade para a
105 implantação de projetos urbanos. Relatou-se que um tema importante do Fórum foi a
106 agenda global de desenvolvimento pós-2015 das Nações Unidas, com a discussão de
107 quinze novos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). **Dia 25 de julho.**
108 **Relato do Comitê Técnico de Habitação. 1.** O representante da Secretaria de
109 Habitação, Edson Ribeiro, informou que o orçamento de 2015 não está pronto devido a
110 não aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas a Secretaria comprometeu-se a
111 enviar por meio eletrônico tão logo esteja concluído. **2.** Está sendo discutido, para o
112 Programa Minha Casa Minha Vida a criação da Faixa 1 e 1/2, já que há famílias que não
113 se enquadram nem na Faixa 1 nem na Faixa 2. **3.** Como encaminhamentos finais, foi
114 definida a continuação das discussões ocorridas nas oficinas nos grupos de trabalho, da
115 seguinte forma: 1º) melhorias habitacionais seriam discutidas no GT de Assistência
116 Técnica; 2º) alocação social e outras modalidades no GT de Moradia Social e 3º)
117 propriedade coletiva no GT Autogestão. Solicitou-se que as reuniões dos GTs fossem
118 coladas à próxima Reunião da Coordenação-Executiva do Conselho para aproveitar a
119 viagem de alguns conselheiros. Mencionou-se a necessidade de resgatar as atividades
120 dos GTs e definir cronogramas de trabalho, com objetivos e metas bem definidos,
121 inclusive não ocorrerem reuniões concomitantes de vários GTs. **Relato do Comitê de**
122 **Saneamento Ambiental. 1.** O Diretor Ernani Miranda lembrou que foi deliberado que
123 sempre que houver reunião do Conselho haverá a reunião do GTI do Plansab, no dia
124 anterior ou posterior. Relatou que na última reunião foi aprovada a criação de um grupo
125 técnico de acompanhamento da implementação das macrodiretrizes e estratégias do
126 Plansab, e que para a próxima reunião a ideia é discutir sobre um grupo técnico para
127 acompanhamento dos programas. No último GTI foi fixado um prazo para reindicação
128 de membros pelos segmentos, a serem nomeados em portaria. A próxima reunião do
129 Comitê vai acontecer em meio período do dia e no outro período acontecerá a reunião
130 do GTI. **2.** Após os encaminhamentos, relatou que Funasa apresentou dados sobre o
131 apoio que promove à implementação de 650 planos municipais de saneamento. O
132 Diretor afirmou que há grandes dificuldades, mesmo com o aporte financeiro da Funasa
133 para os municípios, nos quais em apenas 10% os planos estão concluídos, e que o
134 mesmo acontece com os planos apoiados pelo Ministério. Informou-se sobre a
135 realização de dois seminários programados para o ano em curso, com inscrições no
136 portal capacidades. **3.** Sobre a situação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o
137 Ministério do Meio Ambiente que apresentou seu estágio atual, que o Conselho de
138 Política Agrícola não está funcionando regularmente e, portanto, não apreciou o Plano
139 Nacional de Resíduo Sólido. Por esse motivo a Presidência da República não pôde
140 decretar a sua publicação. Entretanto, o MMA informou que o Plano está defasado e por
141 esse motivo vai ser objeto de reavaliação. **4.** O plano de ações prioritárias do Comitê
142 Técnico de Saneamento para o 5ª Mandato não foi discutido e o encaminhamento foi
143 remeter por email as informações aos membros do Comitê, para que avaliem e discutam
144 à distância. O tema será ponto único de pauta para a próxima reunião. **5.** Foi proposto
145 um trabalho nos moldes da Campanha dos Planos Diretores para os planos municipais
146 de saneamento, com estímulo às prefeituras e participação da sociedade na elaboração
147 dos planos. **6.** Foi aprovada uma resolução que recomenda ao Ministério do Meio
148 Ambiente a convocação do Grupo de Trabalho 1 para discutir a situação do Plano
149 Nacional de Resíduos Sólidos. **Relato do Comitê de Mobilidade. 1.** Relatou-se que a

150 SEMOB apresentou as ações referentes ao sistema de informações, capacitação e apoio
151 aos municípios. Por falta de tempo a situação sobre os PACs não foi debatida, porém as
152 informações serão encaminhadas aos membros do Comitê. **2.** O Denatran apresentou
153 suas atividades e o panorama brasileiro da campanha da ONU *Década de Redução de*
154 *Acidentes*. O Diretor do Denatran, Morvam Cotrim Duarte, anunciou a retomada do
155 Grupo de Trabalho do Pacto Nacional pela Redução de Acidentes, visto que o número
156 de mortes no trânsito encontra-se num patamar muito alto. **3.** Em relação à Trensurb,
157 foram apresentados os dados operacionais e financeiros da empresa, seus principais
158 projetos e investimentos, incluindo o aeromóvel, metrô e questões ligadas à
159 acessibilidade. **4.** A CBTU fez uma apresentação geral da empresa, abordando sua
160 atuação e detalhando alguns projetos. Foram definidos alguns pontos de forma
161 preliminar para a próxima reunião do Comitê que envolvem a CBTU, como o Pacto da
162 Mobilidade. **5.** Iniciou-se a deliberação das resoluções, com aprovação da que
163 recomenda ao Congresso Nacional que não revogue o Decreto 8.243, que dispõe sobre a
164 Política Nacional de Participação Social. A seguir, foi apresentada e aprovada com
165 destaques resolução que recomenda o descontingenciamento dos recursos do FUNSET
166 e DPVAT. A terceira resolução aprovada, recomenda à Advocacia Geral da União que
167 viabilize junto ao Tribunal Superior Eleitoral o retorno da veiculação da campanha de
168 educação no trânsito do Pacto Nacional de Redução de Acidentes. Ao final, foi
169 apresentada resolução Administrativa que dispõe sobre a constituição de um GT para
170 subsidiar a elaboração de um relatório nacional sobre desenvolvimento urbano
171 sustentável, como parte do processo de construção da Terceira Conferência das Nações
172 Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável – Habitat III, aprovada
173 com destaques. O Diretor Marco Motta afirmou que a Semob estendeu para todos os
174 conselheiros o envio das informações sobre os projetos de mobilidade. **Relato do**
175 **Comitê Técnico de Planejamento. 1.** Os Conselheiros manifestaram insatisfação
176 quanto ao local onde o Comitê se reúne, explicando que o espaço não comporta todos os
177 membros. A reunião do Comitê foi transferida e finalizada nas dependências do IPEA.
178 **2.** Foi solicitado um resumo da situação das resoluções aprovadas no Comitê em 2013 e
179 2014 e que na próxima reunião fossem disponibilizadas cópias dos processos
180 administrativos das resoluções do Comitê aprovadas pelo pleno e ainda não publicadas.
181 Pediu-se explicações a respeito das resoluções que tiveram parecer positivo da Conjur,
182 mas que não foram homologadas, bem como sobre as resoluções para as quais a Conjur
183 avaliou o mérito e não a legalidade jurídica. Ressaltou-se que deve ser obedecido o
184 parágrafo 6º do artigo 19 do Regimento Interno, que estabelece que “toda resolução não
185 homologada deverá constar no primeiro ponto de pauta da reunião do ConCidades”. **3.**
186 Foi solicitado o envio por e-mail de informações relativas a avaliações do Programa
187 Papel Passado, bem como a minuta de procedimentos para regularização fundiária
188 discutida no Conselho Nacional de Justiça para elaboração de um provimento nacional
189 dos cartórios para questões de registro imobiliário. **4.** Ficou definido como pauta para as
190 próximas reuniões ordinárias: a discussão do Estatuto da Metrópole, a apresentação da
191 pesquisa sobre regiões metropolitanas que a SNAPU elaborou em parceria com
192 Observatório das Metrópoles, a discussão da proposta da campanha da função social da
193 propriedade e uma apresentação sobre o Programa Nacional de Capacitação das
194 Cidades. **5.** Foram aprovados resolução referente à infraestrutura para o funcionamento
195 dos Comitês; moção de apoio ao Decreto da Política Nacional de Participação; moção
196 de repúdio ao uso de violência estatal para solução de conflitos fundiários urbanos; e
197 moção de repúdio em torno da questão do Cais José Estelita. **6.** Debateu-se sobre a
198 reunião que será realizada em 20 de agosto, que vai sistematizar as informações sobre as
199 regiões metropolitanas. O Diretor Yuri Della Giustina informou que a reunião teria um

200 caráter técnico e por isso teria um formato reduzido, com poucos participantes. Propôs a
201 participação de um representante de cada segmento do Conselho. Votou-se se haveria
202 ou não participação do Conselho, ganhando a proposta de não participação do Comitê.
203 **7.** Terminado o relato do Comitê de Planejamento e Solo Urbano o Ministro, anunciou a
204 assinatura de portaria da criação de GT para o Sistema Nacional de Desenvolvimento
205 Urbano no âmbito do Ministério das Cidades, bem como da Resolução do Pacto pela
206 Mobilidade Urbana. Citou que outras resoluções estão em tramitação. Agradeceu a
207 compreensão dos conselheiros e deu boas vindas aos novos. O Secretário-Executivo do
208 Conselho das Cidades considerou cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e
209 deu por encerrada a reunião.